CONTRATO Nº TP – 002/07/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELA VISTA – PI E A EMPRESA **CONSTRUTORA BOM JESUS DOS PASSOS-ME**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: a) CAPINA; b) PODA; c) ROÇO; d) VARRIÇÃO; e) TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (BOTA FORA) DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA.

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ/PI, com sede e foro na cidade de Bela Vista do Piauí/PI, localizada na Praça Raul Alcides dos Reis,10 Bairro centro, CNPJ (MF) **Nº 01.612.558/0001-90**, por meio do Gabinete do Prefeito, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **ELOISIO RAIMUNDO COELHO**, brasileiro, solteiro, agricultor, CPF nº 746.970.643-72 e R G nº 1.604.358 SSP/PI residente e domiciliado na Av. Valentim Marques Barbosa, s/n, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **CONSTRUTORA BOM JESUS DOS PASSOS-ME**, de Israel Fialho dos Passos, com sede e foro na cidade de Bela Vista do Piauí, Estado do Piauí, estabelecida à Rua José Marques Barbosa, S/N, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 14.551.807/0001-27, aqui representada por seu Proprietário **ISRAEL FIALHO DOS PASSOS**, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº 025.730.493-29 e R G nº 32.765.904 SSP/SP residente e domiciliado a Rua José Marques Barbosa, S/N, doravante denominada **CONTRATADA**, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações nela introduzidas até a presente data, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, conduzido sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo da Tomada de Preço Nº.002/2020, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** executará para a **CONTRATANTE**, sob o regime de Empreitada por Preço Global, a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: a) CAPINA; b) PODA; c) ROÇO; d) VARRIÇÃO; e) TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (BOTA FORA) DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA**, executando os serviços de acordo com os elementos técnicos constantes do processo da licitação de que decorre este contrato, processo Administrativo nº. 007/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a **CONTRATANTE** não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações (ANEXO IX) as quais fazem parte integrante do Edital da TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2020, reservado à **CONTRATANTE** o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou na licitação de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela **CONTRATANTE** pela realização do objeto deste contrato.

Parágrafo Único - O representante da CONTRATADA, acima identificado, declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

O Município de BELA VISTA-PI se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor deste Contrato é de **R$ 279.909,48** (duzentos e setenta e nove mil Novecentos e nove reais e quarenta e oito centavos), que representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanham o Edital e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

§ 1º – Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pelo MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ/PI.

§ 2º – O valor do presente contrato será pago mensalmente, conforme medições a serem realizadas e fiscalizadas pela PREFEITURA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

8.1 Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;

8.2 Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade dos serviços ou serviço;

8.3 Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou ao participar da licitação de que resulta este contrato, bem como as mesmas condições de habilitação;

8.4 Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;

8.5 Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;

8.6 Zelar pelos interesses do MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ/PI relativamente ao objeto do contrato;

8.7 Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses do MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ/PI relativamente aos serviços;

8.8 Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente ao MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ/PI;

8.9 Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pelo Município de Bela Vista do Piauí-PI e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.

8.10 Permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

8.11 Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço;

8.12 A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.

8.13 Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato.

§ 1º A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, quer seja exercida por servidores do quadro do próprio Município de Bela Vista do Piauí-PI, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

§ 2º Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

9.1 Disponibilizar o local das obras ou serviços;

9.2 Aprovar as medições em tempo hábil;

9.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;

9.4 Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;

9.5 Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato.

9.6 Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

9.7 Aplicar penalidades, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos financeiros para a despesa decorrente da contratação que se seguirem à licitação correm da Conta Movimento: FPM, ICMS e outras Receitas Tributárias. Plano de Trabalho 15.452.1501.2011.0000 – Manutenção de Limpeza; Fonte de Recursos 001 – Receita Própria; Elemento de despesas 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação.

§ 1º O pagamento dos serviços será feito pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, em moeda legal e corrente no País, por meio de depósito em conta corrente bancária da(s) Contratada(s), especificada no Contrato, após a apresentação da fatura, mediante comprovação dos serviços, tudo previamente atestado pelo setor competente do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Notas Fiscais de Serviços/Fatura

II - Cópia da guia da Previdência Social – GPS e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, devidamente quitado, relativo ao mês da última competência vencida.

§ 2º A Contratada poderá apresentar ao MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pelo Município de Bela Vista do Piauí-PI durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 20 (vinte) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

a) Mensalmente, até o 5º dia do mês subsequente, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços efetivamente executados acompanhada das respectivas memórias para a Fiscalização, para a conferência da medição, compatibilizando-a com os dados da planilha de preços constantes de sua proposta, bem como da documentação hábil de cobrança.

b) Se ocorrerem aditivos decorrentes de alterações dos projetos que incluam acréscimo de valores e quantidades de serviços e materiais, a CONTRATADA deverá readequar este aditivo a proposta de preço original e reapresentá-lo com as devidas alterações, na lavratura do aditivo.

c) Os valores referentes aos serviços rejeitados, relativos a uma medição, serão retidos e só serão pagos após a CONTRATADA refazê-los.

§ 3º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

§ 4º Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

§ 5º Havendo atraso no pagamento, a Contratada terá direito à percepção de juros à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata dia*. Não haverá atualização monetária em decorrência de atraso no pagamento, a menos que este seja superior a um ano.

§ 6º Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço.

§ 7º A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

§ 8º Todos os pagamentos devidos à CONTRATADA considerar-se-ão feitos, de pleno direito, quando os valores respectivos sejam depositados na **Conta Corrente da Empresa**, mantida pela CONTRATADA junto ao **Banco 001**, **Agência 1148-7**, valendo ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços propostos não serão reajustados, pelo período de 1 (um) ano da apresentação das Propostas, conforme estabelece a Lei no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º Caso o período de execução do contrato exceda a um ano contado a partir da data de apresentação das propostas na licitação, os preços serão reajustados respeitados as normas contratuais, pela seguinte fórmula:

R = V(I – Io)/Io, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços/serviço a ser reajustado;

Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, *pro rata dia*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

§ 2º O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica.

§ 3º Tendo em vista que o Contrato será celebrado no regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, a partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas sendo uma dos preços originais contratados e a segunda composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado multiplicando-se o valor da primeira fatura pelo fator de reajuste – F – calculado nos termos do parágrafo primeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS
Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

Parágrafo Único - No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS PRAZOS
I - O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em **10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir da data de expedição da Ordem de Execução de Serviços.

II. O prazo para execução dos serviços de que trata este Contrato é até 31/12/2020, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Serviços, emitida pelo Município de Bela Vista do Piauí-PI.

III. O presente contrato terá vigência de **01 (um) ano** da data da sua assinatura, o qual corresponde à soma do Prazo de Execução dos serviços; mais o Prazo para Recebimento Provisório dos serviços; mais o Prazo para Recebimento Definitivo dos serviços.
§ 1º - Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, de conformidade com o disposto no inc. II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, desde que justificado por escrito e devidamente aprovado pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI.

§ 2º - O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL
A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução dos serviços contratados, obrigando-se, ainda a comunicar ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes,

bem como comunicar previamente todas as substituições que vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos, objeto do presente Contrato.

Parágrafo único - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados ao Município de Bela Vista do Piauí-PI ou a terceiros na execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando o Município de BELA VISTA de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

§ 1º A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

§ 2º A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários dos serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

§ 3º A contratada deverá:

a) Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução dos serviços;

b) Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;

c) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;

d) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança nos serviços;

e) Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;

f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nos serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações do contrato original que venham a ser necessárias serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI:

4.1 Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;

4.2 Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder este limite.

II - por acordo entre as partes:

a -Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;

b - Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;

4.3 Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação da execução do objeto.

§ 1º Os serviços adicionais cujos preços unitários não são contemplados na Proposta inicial serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos na letra "b", do inciso I.

§ 2º No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais, ou se já os tiver adquirido e posto nos locais de trabalhos, este deverão ser pagos pelos custos de aquisição, transporte e outros regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos, eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§ 3º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da contratada, o Município de Bela Vista do Piauí-PI deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio Econômico-Financeiro inicial.

§ 5º A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 65 § 1º da Lei 8666/93, do valor inicial do contrato.

I - Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços será feita pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições do Edital, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

§ 1º Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, Nos serviços, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso não previsto no Edital, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

§ 2º Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

1. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada dos serviços;

2. Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades dos serviços, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;

3. Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

4. Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;

5. Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;

6. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;

7. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;

8. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

9. Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.

10. Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos;

11. Dar ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;

12. Relatar oportunamente ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros.

13. Examinar os livros e registros.

§ 3º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução dos serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

§ 4º Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

19.1 Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado;

19.2 Registrar o andamento dos serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos;

19.3 Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;

19.4 Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;

19.5 Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;

19.6 Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;

19.7 Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93.

1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93.

1.1. Por cada dia de atraso na realização dos serviços, multa diária no valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato;

1.2. Por uso de veículos e equipamentos ou uniformes, não determinados para os serviços após o prazo de implantação, multa diária no valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato, até a correção do problema;

1.3. Por alteração do Plano de Trabalho, sem prévia autorização da fiscalização ou por falta de comunicação à comunidade dos serviços e horários em que serão realizados ou alteração dos mesmos, multa no valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato, por infração cometida;

1.4. Por não atendimento de substituição de empregado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o pedido para tal, multa no valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato, por dia de atraso para cada empregado a ser substituído;

1.5. Opor dificuldade ou impedir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências para verificação e exame das instalações, anotações relatórios dos veículos, equipamentos, pessoal ou de material, ou por não fornecer, quando programado ou solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, multa no valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato, por cada infração cometida;

1.6. Por falta de manutenção (lavagem e pintura) dos veículos e equipamentos e não uso de uniformes pelos funcionários, multa no valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato, por cada infração cometida.

1.7. Serão consideradas reincidências as infrações cometidas pela Contratada, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade para a mesma ou outra infração, cabendo as multas correspondentes em dobro.

1.8. Se houver reincidência da infração, o prazo de 07 (sete) dias corridos passa a contar a partir da aplicação desta, para voltar a ser considerada como infração simples novamente. Devendo a Contratada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas efetuar a defesa que achar pertinente, após o recebimento da multa.

1.9. A autuação deverá acontecer dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a verificação da ocorrência, que coincidirá com o dia e horário programado para sua execução;

1.10. Será considerada como unidade de multa, o valor do preço unitário do serviço cobrado na data da infração multiplicados pelos valores correspondentes de multas, indicados nos itens 1.1 a 1.6;

1.11. A aplicação das multas será de competência da Prefeitura Municipal de BELA VISTA;

2. As infrações cometidas em domingos ou feriados, serão aplicadas com os mesmos valores de dias úteis;

3. Independente da aplicação do disposto nos itens anteriores, a Contratada estará sujeita ainda, às demais penalidades previstas na Lei que rege a presente TOMADA DE PREÇO.

4. Pela inexecução total ou parcial dos serviços poderá a Contratada, garantida a prévia defesa da Contratada, aplicar as seguintes sanções:

4.1. Advertência.

4.2. Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do Contrato, desde que não caiba uma das penalidades previstas no subitem 1.1 a 1.6;

4.3. Suspensão temporária de participar em Licitação e impedimento de contratar com o Município de BELA VISTA DO PI, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5. ADVERTÊNCIA

5.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

5.1.1. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI,

independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

5.1.2. Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

5.1.3. Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, desde que não sejam passiveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

6.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

6.2. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Bela Vista do Piauí-PI nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI;

II. Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I. Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Município de Bela Vista do Piauí-PI.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

I. Não concluir os serviços contratados;

II. Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI;

III. Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

IV. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

V. Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com O MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;

VI. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI.

7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Ilmo. Sr. Prefeito, se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Bela Vista do Piauí-PI ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

7.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante O MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

7.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com O MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, em caso de reincidência;

e) apresentarem ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

7.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 7.3 a 7.5, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o Município de Bela Vista do Piauí-PI propor que seja responsabilizado:

7.4.1. civilmente, nos termos do Código Civil;

7.4.2. perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

7.4.3. criminalmente, na forma da legislação pertinente.

7.6. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

7.7. As sanções serão aplicadas pelo titular do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

7.8 As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;

e) A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI;

f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI.

g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto CONTRATADO;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Bela Vista do Piauí-PI, ponham em risco a perfeita execução dos serviços;

j) Dissolução da sociedade CONTRATADA;

k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;

m) Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;

n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI do Estado, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p) Não liberação, pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso I sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Devolução da garantia prestada;

II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo de desmobilização.

§ 3º A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das as ações previstas:

I - Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI;

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

III - execução de garantia contratual, para ressarcimento ao MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI dos valores das multas e indenizações a ela devida;

IV - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Bela Vista do Piauí-PI.

§ 4º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior fica a critério do Município de Bela Vista do Piauí-PI, que poderá dar continuidade dos serviços por execução direta ou indireta.

§ 5º O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, sem prévia e expressa autorização do MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI.

§ 6º Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

§ 7º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

O contratado não poderá ceder sub-rogar, parcial ou totalmente as obras e serviços objeto deste contrato por não haver respaldo legal, poderá, no entanto, subcontratar mediante prévia autorização, por escrito, observando-se, quando concedida autorização para subcontratação, celebrar com o terceiro a quem subcontratar, Contrato com inteira obediência aos termos do Contrato original firmado com O MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI e sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade e não poderá ultrapassar de 30% (trinta) por cento do valor do objeto contratado, na forma determinada pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, de que as obras e serviços estão prontos, serão os mesmos recebidos provisoriamente pela Fiscalização e, depois de observados pelo prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório, estando em ordem, serão recebidos definitivamente por Comissão de Recebimento, previamente designada, tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos pela Lei nº 8.666/93, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

Prazo dos serviços, a contar da emissão da ordem de execução de serviços, até 31/12/2020, **podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até um total de 60 (sessenta) meses**, conforme disposto no art. Art. 57, II da Lei n.º 8.666/93.

A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pelo MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI nos termos do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O início da vigência ocorrerá da data da assinatura deste contrato.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLAUSULA VIGÉSIMA SETIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Bela Vista do Piauí-PI, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Bela Vista do Piauí, 20 de fevereiro de 2020

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PIAUÍ
ELOISIO RAIMUNDO COELHO
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

CONSTRUTORA BOM JESUS DOS PASSOS-ME
Israel Fialho dos Passos
Gerente Administrativo

TESTEMUNHAS:

Gilson Raul dos Reis
CPF.: 742 706 643 04

CPF.: